

20
24

TERCEIRA
EDIÇÃO

REVISTA
E ATUALIZADA

JURACI
MOURÃO **LOPES**
FILHO

COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS

NA CONSTITUIÇÃO
E NOS **PRECEDENTES**
DO STF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO	VII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – ORIGEM, EVOLUÇÃO E CRISE DO ESTADO FEDERAL	5
1.1 Origens do Estado Federal.....	5
1.2 Distinção entre federação e confederação	13
1.3 Desenvolvimento, crise e o novo federalismo.....	15
1.4 Classificações e qualificações do Estado Federal.....	23
CAPÍTULO 2 – CARACTERÍSTICAS DO ESTADO FEDERAL BRASILEIRO.....	27
2.1 Elementos característicos de uma federação e a necessidade de sua definição concreta.....	27
2.2 Constituição como base jurídica do Estado	28
2.3 Autonomia federativa e o princípio da simetria	31
2.3.1 Auto-organização.....	34
2.3.2 Autolegislação.....	37
2.3.3 Autogoverno	41
2.3.4 Autoadministração	44
2.4 Ausência do direito de secessão	46
2.5 Competências tributárias próprias e distribuição constitucional de rendas.....	48
2.5.1 Benefícios fiscais e os reflexos sobre os repasses constitucionais de renda.....	56
2.5.2 Reforma Tributária e Federalismo Fiscal.....	69
2.6 Formação da vontade nacional por parte dos entes federados	70
2.7 Existência de um tribunal competente em matéria constitucional de última ou única instância.....	79
2.8 Repartição constitucional de competências	83
2.8.1 As tensões federativas durante a pandemia de COVID-19 e o Supremo Tribunal Federal	90

CAPÍTULO 3 – COMPETÊNCIAS MATERIAIS DOS ENTES FEDERATIVOS	99
3.1 Competências materiais da União e a formação do regime constitucional básico da matéria aplicável a todos os entes federativos	99
3.1.1 Legislação periférica diante de competência material exclusiva da União.....	104
3.1.2 Competências materiais e separação de poderes.....	109
3.2 O Regime Jurídico aplicável ao exercício das competências materiais.....	110
3.2.1 Delineamento de algumas atividades materiais exclusivas da União pelo STF: serviço postal e anistia.....	114
3.3 Conflito entre competências materiais exclusivas da união e competências concorrentes dos estados-membros	117
3.4 Competências materiais exclusivas dos Municípios.....	124
3.5 Competências materiais exclusivas dos Estados-membros	133
3.5.1 Competência material residual	133
3.5.2 Competências materiais expressas.....	138
3.6 Aglomerações urbanas e saneamento básico.	141
3.7 Inconstitucionalidade da transferência ao estado-membro do poder concedente de funções e serviços públicos de interesse comum.	142
3.8 Competências materiais reservadas ao Distrito Federal.....	146
3.9 Competência comum da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios	147
3.10 Competências materiais comuns e as competências legislativas respectivas.....	154
3.11 O exercício conjunto de competências federativas exclusivas e comuns.....	160
CAPÍTULO 4 – COMPETÊNCIA CONSTITUINTE DOS ESTADOS-MEMBROS	167
4.1 O poder constituinte derivado decorrente dos Estados-membros e sua subdivisão em inaugural e de revisão	167
4.2 Limites ao poder constituinte dos Estados-membros: a noção de princípios da Constituição Federal.....	174
4.3 Normas de reprodução obrigatória, segundo jurisprudência do STF	179
4.3.1 Normas sobre processo legislativo.....	179
4.3.2 Competências e formas do Legislativo.....	191
4.3.3 Competências do Executivo	200
4.3.4 Composição e competências dos tribunais de contas.....	206
4.3.5 Estrutura e funcionamento do Poder Judiciário e das funções essenciais à Justiça	209
4.4 Normas constitucionais de reprodução proibida pelo poder constituinte derivado decorrente	216

CAPÍTULO 5 – COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS PRIVATIVAS DA UNIÃO.....	225
5.1 Noções gerais	225
5.2 Competências sobre os ramos do Direito	228
5.2.1 Direito civil, comercial e empresarial.....	228
5.2.2 Direito do Trabalho	239
5.2.3 Direito Processual	245
5.3 Competências sobre matérias jurídicas integrantes de parte de um ramo do Direito	248
5.4 Competência sobre atividades materiais.....	258
5.5 Planos, políticas e sistemas nacionais	261
5.6 Delegação de competências privativas da União para os Estados-membros.....	263
CAPÍTULO 6 – COMPETÊNCIAS CONCORRENTES DA UNIÃO, DOS ESTADOS-MEMBROS E DO DISTRITO FEDERAL.....	269
6.1 Noções gerais.....	269
6.2 O âmbito de atuação da União: o difícil conceito de normas gerais	276
6.3 Competência concorrente suplementar e supletiva dos Estados-membros e do Distrito Federal	281
6.4 Delineamento jurisdicional da competência concorrente suplementar e supletiva...	284
6.4.1 Distinção entre Direito Econômico e Monetário	284
6.4.2 Meio ambiente e sua complexidade.....	287
6.4.3 Delineamentos diversos pelo Supremo Tribunal Federal.....	290
6.5 Os julgamentos das ADIs 2656 e 3937-MC (Caso do Amianto no Estado de São Paulo) e um novo parâmetro de aferição da competência concorrente estadual diante de norma geral nacional	300
CAPÍTULO 7 – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS-MEMBROS..	305
7.1 Noções gerais	305
7.2 O princípio da subsidiariedade	308
CAPÍTULO 8 – COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DOS MUNICÍPIOS	311
8.1 Os Municípios no quadro federativo.....	311
8.2 Competência legislativa para edição de Lei Orgânica.....	318
8.2.1 A natureza constituinte da Lei Orgânica e sua relação com a Constituição Estadual	318
8.2.2 Os limites constitucionais expressos e implícitos da Lei Orgânica	327
8.3 Competências exclusiva e suplementar simples.....	335

CAPÍTULO 9 – COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS DO DISTRITO FEDERAL.....	341
9.1 O Distrito Federal no quadro Federativo	341
9.2 Competência para edição de Lei Orgânica.....	344
9.3 Os limites da Lei Orgânica.....	345
9.4 Competências reservadas.....	350
REFERÊNCIAS	351